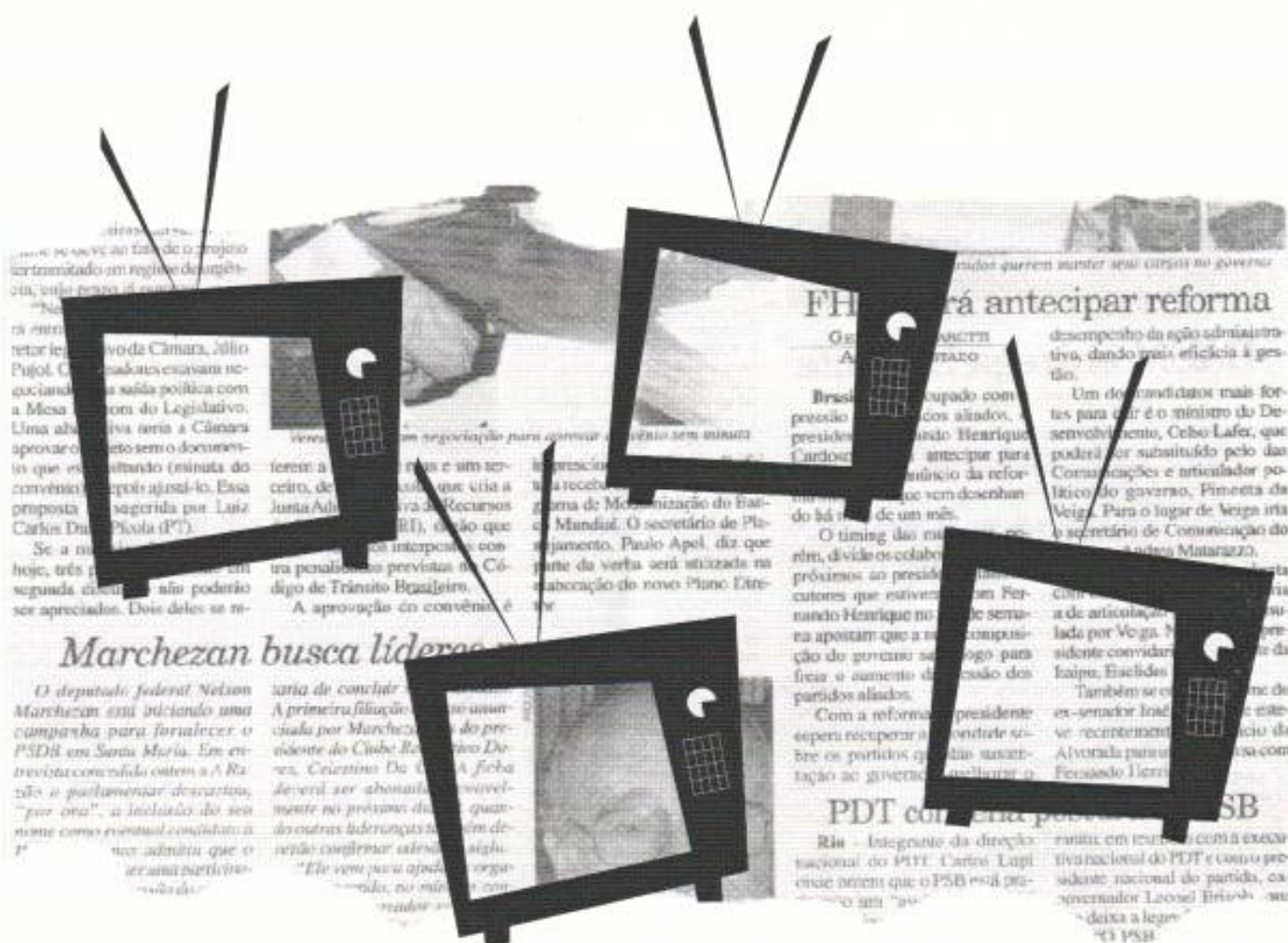


Os jornalistas e a legitimação da Ideologia Hegemônica



Virginia da Silveira Fonseca

Professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS

resumo

O artigo problematiza questões relativas à hegemonia do pensamento liberal-democrático no tratamento dado às informações da grande imprensa brasileira. Especula sobre uma visão de mundo dos jornalistas detentores de cargos de direção (os *gatekeepers*) na estrutura hierarquizada das redações, que acaba por se refletir nas orientações estabelecidas aos seus subordinados (os *staffers*) e que leva a um efeito de consonância. A análise se propõe a investigar o quanto de subjetividade do jornalista está presente no noticiário que se apresenta ao público como expressão da verdade, síntese da realidade.

Palavras-chave

Jornalistas , Notícia , Hegemonia.

abstract

This article raises questions about the liberal-democratic thought hegemony approaching the Brazilian Press Information. It especulates about the world vision used by gatekeepers in the hierarchical structure of writings reflected in the information determined to their employees (the *staffers*) and leads to an effect of consonancy. The analysis proposes to investigate how much of a journalist's subjetivity can be observed presented to the audiences as the truth reflection, reality sinthesis.

Key words

Journalists, Notice, Hegemony.

Introdução

O presente ensaio é parte de projeto de pesquisa que tem por objetivo investigar a existência de uma visão de mundo (ideologia) hegemônica - a liberal-democrática - entre os jornalistas que ocupam cargos de direção (os *gatekeepers*) na estrutura dos principais jornais da chamada "grande imprensa" brasileira e que têm sob sua competência a atribuição de selecionar/recortar fragmentos da realidade social para transformá-los em notícia. Aceitando-se a validade da hipótese, poderíamos inferir que a abordagem mais ou menos uniforme (consonância) dada pelos meios de comunicação a assuntos que envolvem concepções de mundo, modelos de desenvolvimento, formas de organização social, etc. resulta não apenas das contingências impostas pela natureza capitalista do jornalismo da era industrial, como do conjunto de valores, crenças e idéias que orientam aqueles que exercem a função de mediadores entre a realidade fenomênica e o mundo - os próprios jornalistas.

O exercício da prerrogativa de decidir o que será destacado como relevante, ou excluído por desimportante, entre o conjunto de fatos que se oferecem diariamente ao seu julgamento e como estes fatos serão apresentados ao leitor, ouvinte, telespectador acaba por fazer recair diretamente sobre os produtores da notícia parte da responsabilidade pela construção e legitimação de um modelo de pensamento hegemônico numa sociedade que, cada vez mais, depende dos meios de comunicação para tomar conhecimento da sua complexa realidade.

Tomando por base a atuação da imprensa brasileira, pretende-se analisar possível mudança de *habitus*¹ entre os *gatekeepers* dos veículos impressos mais importantes, de circulação e prestígio nacionais, e a relação de suas visões de mundo particulares com os critérios de

seleção e tratamento das notícias que estabelecem como normas a serem cumpridas por seus *staffers*, gerando o efeito de consonância que acaba por legitimar - fazendo crer que a mídia é o espelho da realidade - um conceito liberal-democrático de organização social, desqualificando qualquer projeto alternativo ou visão diferenciada, e consolidando a visão única prevalecente neste final de século.

A seguir, procura-se desenvolver uma reflexão teórica que fundamenta a hipótese a ser investigada. Num primeiro momento, procura-se situar os jornalistas frente às condições estruturadas a partir do fim da Guerra Fria e do conseqüente colapso da experiência socialista para, a seguir, descrever o cenário em que estão atuando os jornalistas que constituem objeto do projeto de pesquisa: uma sociedade em processo de inserção no grande mercado global, um Estado em fase de reestruturação e um rápido movimento da sociedade em direção às novas tecnologias e à redefinição de papéis dos novos atores de uma sociedade civil em franco processo de organização (movimentos sociais, organizações não-governamentais, agências reguladoras de serviços públicos, organizações sindicais, de consumidores, etc.). Num terceiro momento, procura-se estabelecer um quadro teórico de referência, bem como definir os conceitos fundamentais para a operacionalização das categorias a serem utilizadas.

Os jornalistas e a liberal-democracia

A função mediadora que exerce na sociedade, faz com que a imprensa, com o seu poder simbólico de consagrar pessoas, instituições e idéias e, por conseguinte, de moldar o campo político a partir dos discursos que enuncia, figure en-

¹Princípio gerador de comportamento, conjunto de disposições que fazem agir, pensar, perceber e sentir de maneira determinada, ou subjetividade representada pela combinação de pré-conceitos pessoais e de pressuposições compartilhadas com seu meio. (BOURDIEU, 1997).

O reestabelecimento da democracia no Brasil coincide com o início do fim da experiência socialista na Europa e com a reestruturação do capitalismo no mundo

tre os alvos principais daqueles que fazem a crítica à ideologia hegemônica do final do século. A liberal-democracia, ou o *neo-liberalismo*, categoria utilizada para nomear a ideologia dominante no período pós-Guerra Fria, freqüentemente confundida com o processo de globalização em curso, constitui o modelo de organização social dominante depois que o paradigma socialista esfacelou-se com a desintegração do bloco situado ao Leste da Europa. Internacionalização do capital, das trocas de bens e serviços e até mesmo a mundialização da cultura ocorrem concomitantemente ao processo de rediscussão do papel do Estado na sociedade.

No Brasil, como de resto na maior parte dos países, fala-se em hegemonia *neo-liberal* na economia e na política e se acusam os veículos da grande imprensa de adesão ao modelo que representa uma atualização do capitalismo, modo de produção historicamente contestado pela incapacidade de resolver problemas sociais que ele mesmo gera, e que provoca, entre os seus efeitos perversos, o desemprego estrutural e a conseqüente exclusão de enormes contingentes populacionais dos benefícios do desenvolvimento tecnológico.

Essa crítica é dirigida preferencialmente aos proprietários das empresas de comunicação, capitalistas que estariam subordinando o direito à informação de leitores, ouvintes e telespectadores aos seus interesses de classe, em sentido amplo, e comerciais, em sentido estrito. Nesse cenário, os jornalistas, regra geral, são tidos como meros operacionalizadores de políticas editoriais e rotinas de trabalho decididas fora do âmbito de sua influência.

Tal entendimento resulta do conceito forjado pelo senso comum para uma categoria profissional que teve atuação política destacada em períodos históricos

cujas resistências eram contingências para todos quantos atuassem, de alguma forma, no campo social. Na história recente do Brasil, muitos foram os jornalistas que, com sua obstinada luta pela informação e por sua própria militância, enfrentaram a censura, o estado autoritário e até mesmo a ideologia do capital em nome de um projeto mais humanista de organização da sociedade. Tal como em outros períodos da história, alguns limitaram sua atuação à luta pelo fim do regime militar, outros prosseguiram na busca de outros sonhos. Entretanto, até praticamente a segunda metade dos anos 80, a atuação política e profissional dos jornalistas se dava num ambiente marcado pela ditadura militar, internamente, e pela Guerra Fria, clima internacional que se difundiu após a II Guerra Mundial, externamente. Por ser de exceção, é de extrema complexidade a tentativa de se operar paradigmas (visões de mundo) nesse período. Os jornalistas, assim como tantas outras categorias, viviam uma situação maniqueísta, de bipolaridade, em que só era possível posicionar-se em relação a um dos pólos, contra ou a favor.

O restabelecimento da democracia no Brasil coincide com o início do fim da experiência socialista na Europa e com a reestruturação do capitalismo no mundo, momento em que começam a emergir as diferentes concepções sobre a forma como se devem organizar as sociedades nessa nova etapa. Trava-se a partir de então o grande embate entre as distintas visões de mundo. O capitalismo realmente triunfou? Que lições tirar da experiência socialista? Socialismo, social-democracia ou *neo-liberalismo*? Quais os paradigmas² de referência e que viabilidade apresentam neste curso da história? O que fazer com os excluídos? Como resolver o problema do emprego? da previdência? Qual o papel a ser desempenhado pelo Estado? Estas são algumas das muitas perguntas que constituem desafios para a humanidade neste final de século e que geram polêmica entre políticos,

²Conforme KUHN (1976), são as idéias de uma tradição científica, ou a visão de mundo partilhada por uma comunidade científica, que se expressa através do trabalho teórico.

intelectuais, sindicalistas, etc. Essa polémica, apesar de significativa e intensa, em geral não é refletida pela mídia e se não passa por seu espelho, inexistente para a sociedade sem algum tipo de organização e discussão.

Nesse novo cenário, em que se movem atores com distintas leituras sobre os fatos/fenômenos sociais, onde se encontram os jornalistas? Que transformações se operaram nas suas concepções? De que forma suas visões de mundo foram afetadas e interferem na sua atividade profissional, no seu papel de intelectuais (no sentido gramsciano) a quem cabe, no tecido social, relatar os acontecimentos, interpretá-los e analisá-los para o senso comum? Estariam em rota de colisão com sua classe antagonica, os proprietários dos meios de produção, ou compartilham com ela muitas das idéias dominantes, sendo co-produtores do discurso legitimador da visão de mundo hegemônica por conta de uma espécie de atualização paradigmática?¹ Que conceito têm-se do receptor nos órgãos de informação massiva?

Mesmo que se admitam as condições estruturais em que são produzidas as informações em empresas que, regra geral, são parte de grandes complexos industriais, permanecem inquietações quanto àquele campo em que há possibilidades para o exercício da subjetividade². A experiência nas redações comprova que, se há auto-censura por conta das implicações que determinada matéria pode provocar ao ser publicada com este ou aquele tratamento, também há uma boa *margem de manobra* para os produtores da notícia, aquele espaço em que são definidos os critérios de noticiabilidade de um fato/acontecimento e as próprias rotinas de trabalho no interior das redações. É exatamente nesse ambiente, onde se travam efetivamente os embates de idéias e concepções, que se define o que publicar e com que repercussão. E decidir-se pela publicação de determinada matéria, com maior ou menor destaque, implica excluir

outras. Para quem conhece a rotina de uma redação jornalística, não é difícil compreender que o processo de seleção dos assuntos noticiáveis e a definição das fontes a serem ouvidas, e em grande parte o tratamento a ser dado aos elementos informativos, é competência quase que exclusiva de jornalistas, dos que ocupam postos-chave nas redações, naturalmente. Em suma, pode-se até admitir a definição segundo a qual notícia é aquilo que os jornalistas decidem ser notícia. MARCONDES FILHO (1989), a esse propósito, sustenta que atuar no jornalismo é uma opção ideológica. "Definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento corresponde a um ato de seleção e de exclusão", lembra, ao observar que esse processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Para o autor, definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não publicá-la é um ato de decisão consciente dos jornalistas.

Ao se fazer uma observação preliminar do conteúdo do material jornalístico veiculado diariamente pelos distintos meios, entretanto, notar-se-á aquilo que BARROS FILHO (1994) chama de *consonância*, isto é, o fato de os assuntos/temas elegidos pelas diversas mídias serem a grosso modo os mesmos. Essa consonância, segundo o autor, faz crer (fazendo ler, assistir ou ouvir) que a mídia é o espelho do real, a transcrição objetiva do que acontece. Esse mesmo fenômeno Bourdieu (1977) denuncia como uniformização e o atribui à vigilância mútua permanente a que se submetem jornalistas em concorrência em razão da dependência que o campo do jornalismo tem do chamado índice de audiência.

É por essas razões que o material difundido atualmente pelos grandes órgãos de informação leva-nos a inferir que possam ser a tradução da visão de mundo dos jornalistas e não apenas maquinações maquiavélicas dos grandes "barões" do

¹ LOPES (1994), diz que as novas condições histórico-sociais da sociedade capitalista tornam possível o surgimento de novas teorizações sobre velhos e antigos objetos. Segundo ela, o capitalismo como sistema macroestrutural histórico ainda não foi superado, o que ocorre também com os paradigmas teóricos que lhe dão tradução científica e que são periodicamente atualizados, readaptados, no sentido de realização de suas potencialidades ainda não esgotadas.

² Combinação de pré-conceitos pessoais do jornalista e de pressupostos compartilhados com seu meio (Freund apud BARROS FILHO, 1994)

capitalismo industrial. Porque “quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade (...) e quanto melhor se compreende como ele funciona mais se compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores” (BOURDIEU, 1997, p.21).

Particularmente no caso brasileiro, os jornalistas que ocupam cargos de direção na estrutura das redações dos grandes jornais tendem a ser cada vez mais jovens. Pesquisas recentes revelam que eles têm, em média, entre 25 e 40 anos de idade. Ora, entre os profissionais dessa geração, os mais velhos participaram na universidade dos últimos movimentos pelo fim da ditadura militar e pelo restabelecimento da democracia: Anistia, Diretas Já, Constituinte, etc. Naquele período, como já antes referido, o que estava em discussão eram apenas duas posições possíveis: ser contra ou a favor do regime. Por outro lado, a maturidade desses profissionais vem encontrá-los exatamente no momento em que se extinguem as bi-polaridades e surgem as multipolaridades. A partir do momento em que cessaram as razões que aglutinavam pessoas de um ou de outro lado apenas, inicia-se uma nova crise, no seio da qual se travarão novos embates na tentativa de definir os rumos a seguir daí por diante. É certamente esse o momento da dispersão e da reorganização em novos grupos.

Esses jornalistas é que estão hoje no comando das redações. E são eles agentes ativos no processo de produção daquele conjunto de informações que estão, diariamente, descrevendo e construindo representações da realidade social, atuando no campo da produção simbólica com seu capital mais precioso - a credibilidade⁵. É sobre os jornalistas instalados nos postos-chave das redações (os *gatekeepers*) que recai a responsabilidade pelos atos de nomear, de incluir e de excluir, de legitimar ou não, de tornar

público ou não determinado assunto. São editores, pauteiros, diretores, chefes de redação os que decidem sobre a fotografia, os títulos, a atribuição de créditos, à edição enfim de um assunto transformado em notícia graças ao poder que têm de decidir.

Mas, como bem observa BOURDIEU, “jornalista é uma entidade abstrata que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação” (1997, p. 30). Por isso, por conta da necessidade metodológica de delimitação dos sujeitos a serem considerados, o que se propõe é que a investigação incida sobre aqueles que têm poder de decisão nas estruturas hierarquizadas das redações. “O mundo dos jornalistas é um mundo dividido, em que há conflitos, concorrências, hostilidades”, lembra o sociólogo francês (1997, p. 30). É nesse campo em conflito entre jornalistas em cargos de decisão e seus subordinados (os *staffers*) que se pretende concentrar a análise. A intenção é fazer uma espécie de sociologia dos emissores combinada com uma descrição das práticas profissionais e estabelecer uma correlação disso com a visão de mundo transmitida aos cidadãos leitores - aqueles sujeitos que se encontram no campo social - através do conjunto informativo que este recebe diariamente e que vai, subrepticamente, moldando o seu referencial simbólico, *cimentando* a ideologia dominante, construindo sua hegemonia.

Entretanto, há que se considerar que o poder de decisão dos jornalistas está circunscrito a dois limites: o da própria cultura profissional e o da organização do trabalho e dos processos produtivos. WOLF (1995, p. 170) identifica esses limites. Segundo ele, a cultura profissional é um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às

⁵KUSCHICK (1996) recorre a Bourdieu para sustentar a hipótese de que o Campo do Jornalismo detém privilegiadamente o Capital Simbólico do fazer crer. Assim sendo, o Capital do Campo do Jornalismo é a credibilidade, constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais.

funções dos meios de comunicação e dos jornalistas na sociedade que se expressa na concepção do produto-notícia e nas modalidades que superintendem à sua produção. Citando Garbarino, diz que a ideologia traduz-se numa série de paradigmas e práticas profissionais adaptadas como naturais. Mas observa também as restrições ligadas à organização do trabalho. Segundo o autor, é sobre essa organização que se criam as convenções profissionais que determinam a definição da notícia e legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos e às modalidades de produção, contribuindo para se precaver de possíveis críticas do público. Na sua análise, são esses critérios que definem a noticiabilidade⁶ de cada acontecimento.

Sobre esse assunto, o produto da atividade de jornalistas tão heterogêneos quanto a origem, formação e até mesmo local de trabalho, Bourdieu diz que as diferenças, na verdade, ocultam semelhanças profundas, ligadas em especial às restrições impostas pelas fontes e por uma série de mecanismos, dos quais o mais importante é a concorrência.

Diz-se sempre, em nome do credo liberal, que o monopólio uniformiza e que a concorrência diversifica. Nada tenho (...) contra a concorrência, mas observo apenas que, quando ela se expressa entre jornalistas ou jornais que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião (...), ela homogeneiza (BOURDIEU, 1997, p. 31).

Estas reflexões podem contribuir para os estudos que visam à constituição de uma teoria do jornalismo, disciplina recente que vem encontrando algumas dificuldades para se constituir como tal. Dificuldades determinadas, em certo sen-

tido, por uma espécie de preconceito ainda experimentado na academia pelo que constitui o seu objeto, a prática profissional. No âmbito dos estudos sobre *newsmaking*, deve concentrar-se nos emissores e no processo de produção da notícia. É parte, portanto, da Teoria da Comunicação, uma vez que o jornalismo, enquanto produto da indústria cultural, constitui um dos seus objetos.

Proceder à crítica da atividade jornalística tem importância no momento em que se acentuam as discussões acerca de seu papel nas sociedades democráticas, onde exerceria o papel de mediadora entre os diversos campos: político, jurídico, científico, cultural, religioso, etc. KUSCHICK (1996, p. 25) lembra-nos que o Jornalismo, tanto quanto a História, a Sociologia e a Ciência Política, enuncia fenômenos sociais, embora, diferentemente destas disciplinas, não tenha o rigor científico como premissa para elaborar seus enunciados. Suas premissas seriam a ética e a estética. Mas reconhece o Jornalismo entre duas instâncias de saber: a ciência e a ficção. "E podemos perguntar sobre sua relação com o senso comum, com quem dialoga privilegiadamente, pois o jornal fala do trivial, do banal, cotidiano" (1996, p. 25), complementa.

A autora observa que, à primeira vista, à imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos do que acontece ao seu redor (do bairro ao planeta), como também para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado. E que, nesta passagem, os fatos chegam aos receptores através da descrição feita através da linguagem. "A compreensão do jornalismo passa, portanto, (...) pela problematização da referencialidade, pois, assim como a historiografia reconhece que o passado *foi* real mas o acesso a ele só se dá pelos relatos textualizados e interpretados, também para o jornalismo o presente/real

⁶Conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e estável de notícias (WOLF, 1995, p. 170).

existe, só sendo acessível, no entanto, ao ser editado" (1996, p. 25).

O cenário: globalização/ mundialização

O projeto de pesquisa que se está a desenvolver a respeito deste assunto tem por objeto a prática profissional dos jornalistas ocupantes de cargos de chefia na estrutura das redações. Mas tem a pretensão de observá-la e de analisá-la inserida no grande cenário que se define a partir dos anos 90, o de um mundo globalizado, cenário este que estaria moldando uma nova concepção de mundo entre os profissionais jornalistas que, até o passado recente, tiveram uma certa militância - enquanto intelectuais - de contestação do capitalismo.

Segundo IANNI (1996), o processo de globalização da economia se teria iniciado de forma mais específica e veemente a partir do início da década de 90, como resultado do fim da política de Guerra Fria que os blocos liderados por Estados Unidos e União Soviética travaram desde o final da Segunda Guerra Mundial. O autor identifica, entretanto, indícios da existência de uma sociedade mundial em outros momentos históricos críticos, como o da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, o da Grande Depressão Econômica iniciada em 1929 e o da própria Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945. Na sua avaliação, já esses episódios revelam articulações e antagonismos que envolvem nações e continentes.

O autor ajuda-nos a entender que algumas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em germinação desde o início do século aceleram-se depois da Segunda Guerra e se intensificam com as reformas iniciadas por Gorbachev, a partir de 1985, na União

Soviética. Segundo ele, a queda do Muro de Berlim, em 1989, simboliza não só a crise dos regimes socialistas do Leste Europeu, como também a abertura de novas fronteiras para a expansão do capitalismo naquela região. Isso tudo, somado às divergências surgidas entre alguns países europeus e os EUA por conta da guerra no Golfo Pérsico, acabam por reabrir contradições sociais que se haviam mantido controladas durante a vigência da Guerra Fria.

Para o sociólogo brasileiro, a globalização é um processo em marcha desde que o capitalismo mundial, esboçado desde os seus primórdios, desenvolve-se abertamente no século XX. E adquire novas características quando da emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência que anunciam a redefinição e o declínio do Estado-Nação. Ianni recorre a Cox para explicar que as características da globalização incluem a internacionalização da produção, a globalização das finanças e dos seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a competição ambiental que acelera esses processos. Assegura que elas incluem também mudanças na natureza dos estados e nos sistemas de estados. Estes, segundo ele, estariam sendo internacionalizados em suas estruturas internas e funções.

O papel do Estado - antes concebido como um aparato protetor das economias nacionais, em face das forças externas perturbadoras, de forma a garantir adequados níveis de emprego e de bem-estar nacional - sofre profundas modificações, para adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O Estado passa a ser, então, na visão de IANNI (1996), uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional.

Esse movimento estrutural que estaria ocorrendo em escala mundial, envolvendo estados e nações - descrito por Ianni

e outros estudiosos que têm a ousadia de analisar fenômenos tão recentes, tão do seu tempo - tem a força de interferir, queira-se ou não, na rotina não só dos Estados, a quem não resta alternativa, como na própria vida das pessoas. Nas suas relações com a cultura, com o trabalho, com a simples atividade de consumir.

Com o objetivo de estudar a temática cultural no contexto de uma sociedade global, ORTIZ (1994) chama de *mundialização* a globalização na cultura. E o faz na perspectiva da emergência de uma sociedade civil mundial, onde viveriam cidadãos do mundo, homens interligados independentemente de sua vontade. "Somos todos cidadãos do mundo, mas não no antigo sentido, de cosmopolita, de viagem. Cidadãos mundiais, mesmo quando não nos deslocamos, o que significa dizer que o mundo chegou até nós, penetrou nosso cotidiano" (1994, p. 7-8).

Tanto Ortiz quanto Ianni sustentam que a globalização é um processo em curso, um movimento estrutural amplo que afeta de distintas maneiras estados, nações, grupos, pessoas. E que não deve ser confundido com a ideologia *liberal-democrática*, ou *neo-liberalismo*. Segundo eles, a internacionalização das trocas e o fim dos chamados Estados-Nação constituem um processo em marcha, em que não é possível decidir dele participar ou não. Os autores sustentam que o *neo-liberalismo*, não sendo sinônimo de globalização, é a ideologia que melhor se articula em nível global, até porque (depois do fim da experiência do "socialismo real") nenhuma outra surgiu para se contrapor a ela.

Esse é, portanto, o cenário em que se insere o Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Melo, período em que começa, efetivamente, a abertura da economia ao capital externo e se estabelecem as discussões acerca da necessidade de reestruturar o Estado de forma a permitir a integração do País à economia

mundial.

Sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado no País, os órgãos de informação da chamada grande imprensa praticamente não têm difundido críticas de fundo. Apenas cumprem regra elementar no jornalismo, a de ouvir os dois lados, não negando espaço editorial às vozes discordantes. Suas políticas editoriais (pautas, fontes, abordagens, etc.), contudo, convergem para o modelo liberal-democrático adotado pelos grupos controladores do Estado. Em razão disso, é inegável que os espaços dos veículos impressos e os tempos dedicados à informação no rádio e na tv, todos meios massivos, são preenchidos majoritariamente por vozes (fontes) confirmadoras, legitimadoras, da ideologia⁷ hegemônica. Ou seja, parece haver uma 'boa vontade' dos jornalistas em geral em selecionar assuntos noticiáveis, fragmentos de realidade recolhidos no tecido social, e visões de mundo que não contradigam radicalmente a inserção do País no processo de globalização em curso e as reformas necessárias para sua integração ao mundo do capitalismo internacional. Pelo contrário, a maioria das discussões, das análises, comentários e artigos de fundo, e das alternativas apontadas para resolver questões pontuais, como o desemprego e a miséria da exclusão social, por exemplo, são elaborados na perspectiva do capitalismo.

Na condição de intelectuais⁸, cujo papel de mediador cresce cada vez mais em importância por conta da crescente influência dos meios massivos de comunicação perante a opinião pública, os jornalistas parecem ter aderido à concepção predominante, o que faz inferir a existência de hegemonia dessa concepção na sociedade civil.

Hegemonia aqui é utilizada no sentido a ela dado por Gramsci, isto é, as idéias da classe fundamental consentidas e reproduzidas pelas demais classes existentes no interior do bloco histórico. Se-

⁷O conceito de ideologia adotado é o de Gramsci, que o define como a visão de mundo da classe fundamental, hegemônica. (PORTELLI, 1977)

⁸Segundo GRAMSCI (1989), todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem na sociedade a função de intelectuais.

O processo de cimentar a concepção de mundo hegemônica estaria sendo exercido adequadamente pelos jornalistas que têm a seu encargo fazer a mediação entre as muitas vozes que habitam os distintos campos existentes na sociedade.

gundo exegetas do autor italiano, uma classe social só exerce hegemonia na medida em que não só é dominante do ponto de vista econômico, mas também dirigente do ponto de vista político. Isto quer dizer que, para obter hegemonia, a classe dominante precisa do compromisso/consentimento das classes subalternas

quanto à sua visão de mundo. E esse compromisso/consentimento, segundo ele, estaria expresso no bom senso. "A primazia econômica da classe fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente, para a formação de um bloco ideológico: é preciso que a classe dirigente tenha uma verdadeira 'política' para os intelectuais"

(PORTELLI, 1977, p. 66). Gramsci sustenta que a classe fundamental dirige a sociedade pelo consenso, obtido graças ao controle da sociedade civil. E que esse controle caracteriza-se particularmente pela difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais, tornando-se assim "senso comum".

O autor utiliza o termo 'ditadura', ou dominação, para definir a situação de um grupo social não hegemônico, que domina a sociedade exclusivamente através da coerção, graças à detenção do aparelho de estado. O intérprete do pensamento gramsciano explica que a classe dirigente, mesmo em um sistema hegemônico, não dirige toda a sociedade, mas somente classes auxiliares e aliadas que lhe servem de base social e usa a força para com as classes opositoras: a hegemonia, assim, jamais é total e um mesmo grupo pode ser ao mesmo tempo dirigente e dominante.

Nesse sentido, o processo de *cimentar* a concepção de mundo hegemônica (que Gramsci define como ideologia), estaria, no cenário a que estamos nos detendo - de globalização e

de *neo-liberalismo* - sendo exercido adequadamente pelos jornalistas que têm a seu encargo fazer a mediação entre as muitas vozes que habitam os distintos campos existentes na sociedade, especialmente o campo político e o campo social, de onde recolhe sua matéria-prima, a informação que transforma em notícia.

Estariam, assim, exercendo o papel de "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do de do governo político, isto é: "1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante na vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo" (GRAMSCI, 1989, p. 11).

Ao sustentar a vinculação orgânica entre infra-estrutura⁹ e superestrutura, o autor diz que este é assegurado pela camada social encarregada de gerir a superestrutura¹⁰ do bloco histórico - os intelectuais. Para ele, cada grupo social, surgido num terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo que a si próprio, uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano social e político. Os intelectuais são, assim, "os funcionários da superestrutura em nome da classe que representam e à qual estão estreitamente vinculados, social e economicamente. O vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura mostra-se, pois, de maneira bem concreta e não somente teórica"

⁹Momento econômico no seio do bloco histórico. (PORTELLI, 1977, p. 54)

¹⁰Momento ético-político no seio do bloco histórico. (PORTELLI, 1977, p. 54)

(PORTELLI, 1977, p. 48-49).

Bourdieu e o campo jornalístico

Outro aspecto teórico essencial a ser considerado remete ao conceito de *campo* quando nos referimos ao jornalismo. Bourdieu o utiliza para trabalhar a cultura, a academia, a religião, a política. E só recentemente o fez com o jornalismo¹¹. Antes que o fizesse, entretanto, outros pesquisadores trataram de, a partir do corpo conceitual por ele concebido, aplicá-lo ao jornalismo. Foi o que fez, por exemplo, KUSCHICK (1996), na tese de doutorado que defendeu na Universidade de São Paulo¹². Nela, toma emprestado o conceito para analisar as relações entre o Movimento dos Sem Terra e o jornal Zero Hora, de Porto Alegre.

Para BOURDIEU (1983), com a noção de campo é possível obter um meio de apreender a particularidade na generalidade e a generalidade na particularidade. O sociólogo francês sustenta que o território de um campo constitui-se a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele. E que o capital só pode ser definido em relação ao campo. Nessa perspectiva, KUSCHICK (1996) explica que o capital do campo acadêmico, por exemplo, é a titulação, a luta travada no interior da academia que confere autoridade científica a quem o possui. Esse título não teria valor, entretanto, como capital para ingresso num outro campo, como o religioso ou o artístico, mesmo que funcione como um mérito.

A pesquisadora observa que, na descrição de Bourdieu, o capital simbólico é superior aos demais capitais, porque dá sentido ao mundo e porque transita

entre todos os campos. E parte para a defesa da hipótese de que o Campo do Jornalismo detém privilegiadamente o Capital Simbólico, por ser da natureza do jornalismo o fazer acreditar. O capital do Campo do Jornalismo é, na sua análise, a credibilidade, elemento constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. A credibilidade, segundo a autora, é constantemente testada através de pesquisas junto aos leitores e é construída no interior do jornal como uma marca, um rótulo, que deve se afirmar sem nomear-se como tal. Segundo ela, credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os "efeitos de verdade" que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas.

E acrescenta:

A luta que é travada no interior do Campo do Jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, de publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta a luta que os jornalistas travam no interior do Campo do Jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho (KUSCHICK, 1996, p.30)

O campo do Jornalismo só foi tratado especificamente por Bourdieu em 1996, quando resolveu apresentar na tv francesa duas aulas sobre televisão e jornalismo. A repercussão foi tanta, e tão polêmica, que acabou sendo publicada e reeditada várias vezes na França. No Brasil, foi traduzida da sexta edição e

¹¹Em 1996 publicou na França, com grande repercussão e polêmica, *Sur la télévision (suivi de L'emprise du journalisme)*, traduzido no Brasil em 1997 com o título *Sobre a Televisão - seguido de Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos* (Jorge Zahar Editor)

¹²KUSCHICK, Christa Berger L. (1996).

publicada em 1997.

Para Bourdieu, um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças, onde há dominantes e dominados, relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço, que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Assim sendo, no interior desse universo, cada um empenharia a força que detém e que define sua posição no campo com os concorrentes. "A concorrência econômica entre as emisoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes (...), pelas fatias de mercado, realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão, etc." (1997, p. 58). E acrescenta: "Se quero saber hoje o que vai dizer ou escrever tal jornalista, o que ele achará evidente ou impensável, natural ou indigno dele, é preciso que eu conheça a posição que ele ocupa nesse espaço, isto é, o poder específico que possui seu órgão de imprensa e que se mede, entre outros indícios, por seu peso econômico, pelas fatias de mercado, mas também por seu peso simbólico, mais difícil de quantificar" (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Isto quer dizer que o que conta em um campo, na sua avaliação, são os pesos relativos, ou seja, um jornal pode permanecer absolutamente idêntico, não perder nenhum leitor, não mudar em nada e ser, no entanto, profundamente transformado porque seu peso e sua posição relativa no espaço acham-se transformados. E dá o exemplo de um jornal que deixa de ser dominante quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita a lei.

(...) No universo do jornalismo escrito, o *Le Monde* ditava a lei. Havia já um campo, com a oposição, estabelecida por todos os

historiadores do jornalismo, entre os jornais que dão news, notícias, variedades, e os jornais que dão views, pontos de vista, análises etc.; entre os jornais de grande tiragem, como o *France Soir*, e os jornais de tiragem relativamente mais restrita mas dotados de uma autoridade semi-oficial. *Le Monde* estava bem situado sob dois aspectos: era suficientemente grande por sua tiragem para ser um poder do ponto de vista dos anunciantes e suficientemente dotado de capital simbólico para ser uma autoridade. Acumulava os dois fatores do poder de campo. (BOURDIEU, 1997, p. 61)

Ao se referir às propriedades do campo jornalístico, o autor observa que, ele se constitui como tal no século XIX, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam notícias, de preferência sensacionalistas, e jornais que propunham análises e comentários, procurando distinguir-se dos primeiros afirmando abertamente valores de objetividade. O campo jornalístico seria então o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedidos aos que reconhecem mais completamente os "valores" ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto na cifra de venda e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, nesse caso, inseparavelmente um veredito do mercado.

Nessa perspectiva, assim como no campo literário ou no campo artístico, Bourdieu vê o campo jornalístico como o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito funda as reputações de honorabilidade profissional. Da mesma forma, segundo ele, o campo jornalístico está permanentemente sujei-

to à prova dos veredictos do mercado, através da sansão, direta, da clientela ou, indireta, dos índices de audiência. “E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o ‘critério do índice de audiência’ na produção (...) ou mesmo na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores (...) quanto ocupem uma posição mais elevada (diretores, redatores-chefes etc. em um órgão mais diretamente dependente do mercado” (BOURDIEU, 1997, p. 106).

O autor sustenta também que, na lógica específica de um campo orientado para a produção de notícias, um bem precioso, a concorrência pela clientela tende a tomar forma de uma concorrência pela prioridade, pelas notícias mais novas, atuais, e que isso fica mais evidente quando se está próximo de um pólo comercial. Para Bourdieu, as pressões do mercado não se exercem senão por intermédio de um efeito de campo, isto é, muitos dos *furos* procurados e apreciados pelos jornalistas estão destinados a permanecer ignorados pelos leitores e a ser percebidos apenas pelos jornalistas concorrentes, os únicos, na sua opinião, a ler o conjunto dos jornais. A idéia de que só os jornalistas lêem todos os jornais e exercem permanente vigilância uns sobre os outros é reforçada por DARNTON (1990) ao afirmar que, entre os produtores-consumidores de notícias que formam o círculo íntimo do público de um repórter, incluem-se também repórteres de outros jornais, que constituem seu grupo de referência profissional mais amplo. “Ele (o jornalista) sabe que a concorrência vai examinar minuciosamente suas reportagens.” (DARNTON, 1990, p. 84).

A vigilância exercida pela concorrência, aliás, é um outro efeito de campo identificado por Bourdieu no jornalismo. Ela é empreendida, na análise do sociólogo francês, com o objetivo de tirar proveito dos fracassos da concorrência, de forma a evitar seus erros e de se contrapor a seus sucessos.

Quanto à hipótese de que os jornalistas ocupantes de postos de influência na estrutura das redações estariam hoje contribuindo para legitimar a visão de mundo hegemônica no campo político, mais uma vez Bourdieu vem em nosso socorro. Ele diz que, ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta permanentes, e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos têm em comum o fato de estarem muito direta e estreitamente situados sob a influência da sansão do mercado e do plebiscito. “Daí decorre que a influência do campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a se submeter à pressão das expectativas e das exigências da maioria, por vezes passionais e irrefletidas, e freqüentemente constituídas como reivindicações mobilizadoras pela expressão que recebem da imprensa” (1997, p. 114-115). E acrescenta:

Salvo quando se utiliza das liberdades e dos poderes críticos que lhe são assegurados por sua autonomia, a imprensa, sobretudo televisiva (e comercial), age no mesmo sentido que a pesquisa de opinião, com a qual ela própria deve contar: embora possa servir também de instrumento de demagogia racional tende a reforçar o fechamento em si do campo político, a pesquisa de opinião instaura com os eleitores uma relação direta, sem mediação, que descarta todos os agentes individuais ou coletivos (partidos, sindicatos) socialmente delegados para elaborar e propor opiniões constituídas; ela despoja todos os mandatários e todos os porta-vozes de sua pretensão (partilhadas pelos grandes editorialistas do passado) ao monopólio da expressão legítima da ‘opinião pública’ e, ao mesmo tempo, de sua capacidade de trabalhar em

uma elaboração crítica (...) das opiniões reais ou supostas de seus mandantes. (BOURDIEU, 1997, p. 115)

Na sua avaliação, tudo isso faz com que a influência incessantemente ampliada do jornalismo, de um campo jornalístico, contribua para enfraquecer a autonomia do campo político e, por conseguinte, a capacidade concedida aos representantes (políticos ou outros) de invocar sua competência de *peritos* ou sua autoridade de *guardiães dos valores coletivos*. Na mesma linha, analisa Darnton: "o sentimento de pertencer a um grupo interno, junto com as pessoas que aparecem em suas reportagens (...) cria uma espécie de conservadorismo entre os repórteres. É comum escutar que os jornalistas tendem a ser liberais ou democratas, e como eleitores podem realmente ser de esquerda" (1990:83). Mas observa que, como repórteres, geralmente lhe parecem hostis a ideologias, desconfiando de abstrações, "céticos quanto a princípios, sensíveis ao concreto e ao complexo, e, portanto, capazes de entender e até de aceitar o *status quo*" (DARNTON, 1990, p. 83).

A importância atribuída por Bourdieu aos jornalistas reside no fato de serem detentores do monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação. O autor observa que, embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, exercem uma forma raríssima de dominação, que é o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública, o que, segundo o autor, lhes proporciona uma consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais.

Em resposta às objeções daqueles que entendem ser o mundo jornalístico um mundo dividido, diferenciado, diversificado, composto de muitas opiniões, Bourdieu alega que, como nos outros campos, o jornalístico baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e de opinião). Segundo ele, não há discurso nem ação que, para ter acesso ao debate público, não deva se submeter à prova da seleção jornalística, "a essa formidável *censura* que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar" (1997, p. 67).

Conclusão

A confirmação ou não da hipótese inicialmente formulada, acerca da existência de uma visão de mundo (ideologia) hegemônica entre os jornalistas que ocupam cargos de direção (os *gatekeepers*) na chamada "grande imprensa" brasileira, depende, obviamente, da conclusão do projeto de pesquisa referido. A metodologia prevê ainda uma série de entrevistas com jornalistas no exercício de cargos de direção (diretores de redação, editores, pauteiros, etc.) em jornais da grande imprensa brasileira, bem como a descrição das suas rotinas de trabalho e dos valores-notícia que permeiam todo o processo de produção jornalística e que resultam no tratamento uniforme das matérias que contribuem para a construção da realidade apresentada quotidianamente aos leitores com o status de portadoras da verdade.

A propósito, é importante esclarecer a convicção de que o jornalismo não é e não tem condições de ser o portador da verdade, uma vez que sua matéria-prima - a informação - é sempre um recorte da realidade feito por alguém que adota critérios subjetivos para decidir, por

O jornalismo não é e não tem condições de ser portador da verdade. Sua matéria-prima - a informação - é sempre um recorte da realidade feito por alguém que adota critérios subjetivos para decidir.

exemplo, qual é o aspecto singular de um determinado evento jornalístico. O jornalista, mesmo quando utiliza critérios mais ou menos universais para selecionar os elementos internos organizadores da notícia, é sempre alguém que fala de algum lugar e a partir de um modelo de pensamento, determinado, por sua vez, por uma concepção de mundo. Essa impossibilidade continuaria a existir mesmo numa sociedade que não fosse marcada pela contradição de classe, como é a sociedade capitalista, e mesmo que a notícia não tivesse o caráter de mercadoria denunciado por MARCONDES FILHO (1989). Portanto, pode-se até sugerir serem legítimas as interpretações jornalísticas produzidas no seio de uma sociedade liberal, já que expressam posições de grupos sociais efetivamente representativos. O problema está é na uniformidade que retira de parcelas igualmente significativas dessa mesma sociedade, cada vez mais pluralista, o acesso a outras visões de mundo, impedindo a sua negação e, conseqüentemente, o contraponto dialético.

Bibliografia

- BARROS, Clóvis. A crítica à objetividade da mídia. In: **Os discursos do jornalismo. Pauta Geral - Revista de Jornalismo** - Ano 2 - Nº 2 - 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- _____. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. São Paulo: Edusp, 1990.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1994.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- KUSCHICK, Christa L. Berger. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais - as relações entre o movimento Sem Terra e a Zero Hora**. São Paulo. 327 (Doutorado em Ciências) - Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, [maio de

1996].

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Quem manipula quem?** Petrópolis: Vozes, 1986.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995, 4ª ed.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

Endereço da autora:

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/FABICO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Ramiro Barcellos, 2705, bairro Santana
90035-007 - Porto Alegre - RS
e-mail: virginia@vortex.ufrgs.br